



CONCORRÊNCIA BINACIONAL LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL

**CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES
PLIEGO DE BASES Y CONDICIONES**

EF 1601-20

SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

SERVICIOS DE AUDITORÍA EXTERNA

**ADITAMENTO 6
ADITIVO 6**

DIRETORIA FINANCEIRA
DIRECCIÓN FINANCIERA

ÍNDICE

PÁG Nº		PÁG. Nº	
CAPÍTULO I	1	CAPÍTULO I	
DAS INSTRUÇÕES GERAIS.....	1	DE LAS INSTRUCCIONES GENERALES	1
1.1 IDIOMAS.....	1	1.1 IDIOMAS.....	1
1.2 ASPECTOS JURÍDICOS	1	1.2 ASPECTOS JURÍDICOS	1
1.3 ISENÇÃO TRIBUTÁRIA	1	1.3 EXONERACIÓN TRIBUTARIA.....	1
1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO	2	1.4 CONSULTA, RESPUESTA Y ADITIVO	2
1.5 DILIGÊNCIA	3	1.5 DILIGENCIA	3
1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO	3	1.6 FORMA DE COMUNICACIÓN	3
1.7 RESTRIÇÕES	4	1.7 RESTRICCIONES	4
1.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	5	1.8 REVOCACIÓN Y NULIDAD.....	5
1.9 IMPUGNAÇÃO.....	5	1.9 IMPUGNACIÓN.....	5
CAPÍTULO II.....	5	CAPÍTULO II	
DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS	5	DE LAS INSTRUCCIONES ESPECÍFICAS	5
2.1 MODALIDADE, CLASSIFICAÇÃO, TIPO DE LICITAÇÃO, REGIME DE CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA	5	2.1 MODALIDAD, CLASIFICACIÓN, TIPO DE LICITACIÓN, RÉGIMEN DE CONTRATACIÓN Y VIGENCIA	5
2.2 FINALIDADE E OBJETO	6	2.2 FINALIDAD Y OBJETO.....	6
2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	6	2.3 CONDICIÓN DE PARTICIPACIÓN	6
2.4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO.....	8	2.4 ELABORACIÓN Y PRESENTACIÓN DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN.....	8
2.5 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA	9	2.5 ELABORACIÓN DE LA OFERTA TÉCNICA	9
2.6 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL	9	2.6 ELABORACIÓN DE LA OFERTA COMERCIAL	9
2.7 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL	11	2.7 PRESENTACIÓN DE LAS OFERTAS TÉCNICAS Y COMERCIAL	11
2.8 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL	12	2.8 RECEPCIÓN DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN Y LAS OFERTAS TÉCNICA Y COMERCIAL	12
2.9 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES	13	2.9 JUZGAMIENTO DE LA HABILITACIÓN DE LOS OFERENTES	13
2.10 ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL	17	2.10 APERTURA DE LAS OFERTAS TÉCNICA Y COMERCIAL	17
2.11 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL.....	17	2.11 JUZGAMIENTO Y CLASIFICACIÓN DE LAS OFERTAS TÉCNICA Y COMERCIAL.....	17
2.13 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	25	2.13 DIVULGACIÓN DEL RESULTADO DE LA FASE DE JUZGAMIENTO DE LAS OFERTAS	25
2.14 RECURSO ADMINISTRATIVO.....	26	2.14 RECURSO ADMINISTRATIVO	26
2.15 HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO	26	2.15 HOMOLOGACIÓN Y ADJUDICACIÓN	26
2.16 ASSINATURA DO CONTRATO.....	27	2.16 FIRMA DEL CONTRATO	27
2.17 DEVOLUÇÃO DAS PROPOSTAS	28	2.17 DEVOLUCIÓN DE LAS OFERTAS.....	28
CAPÍTULO III.....	28	CAPÍTULO III	
DOCUMENTOS INTEGRANTES	28	DOCUMENTOS INTEGRANTES	28

**CONCORRÊNCIA BINACIONAL
EF 1601-20****SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA****CAPÍTULO I
DAS INSTRUÇÕES GERAIS****1.1 IDIOMAS**

Estas instruções estão editadas nos idiomas português e castelhano.

1.2 ASPECTOS JURÍDICOS**1.2.1 Natureza Jurídica da ITAIPU**

A ITAIPU é entidade binacional de direito internacional público, instituída pelo Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai em 26 de abril de 1973, o qual foi aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 23, de 22 de maio de 1973 (Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, p. 1659) e promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973 (Diário Oficial de 30.08.73, p. 8642/6), e no Paraguai pela Lei nº 389, de 13 julho de 1973.

1.2.2 Característica da Licitação

Na forma do Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai em 26/4/73, a presente licitação será regida pela Norma Geral de Licitação - NGL, da ITAIPU, aplicando-se, no que couber, a legislação brasileira e/ou paraguaia pertinente, conforme a abrangência do certame.

1.2.3 Etapas deste Procedimento

O presente procedimento se realizará nas seguintes etapas: (i) julgamento da habilitação e, após, (ii) julgamento e classificação das propostas técnica e comercial.

1.3 ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

1.3.1 No Brasil, a proponente deverá considerar na formulação de sua proposta, exceto se optante pelo SIMPLES NACIONAL, a isenção tributária concedida pelo artigo XII do Tratado de ITAIPU, que criou e rege esta entidade binacional, e, em matéria tributária, tem os efeitos previstos no artigo 98 do Código Tributário Nacional, compreendendo, no caso

**LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL
EF 1601-20****SERVICIOS DE AUDITORÍA EXTERNA****CAPÍTULO I
DE LAS INSTRUCCIONES GENERALES****1.1 IDIOMAS**

Estas instrucciones están editadas en los idiomas portugués y castellano.

1.2 ASPECTOS JURÍDICOS**1.2.1 Naturaleza Jurídica de la ITAIPU**

La ITAIPU es una entidad binacional de derecho internacional público, instituida por el Tratado celebrado entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil el 26 de abril de 1973, el cual fue aprobado y ratificado, en el Paraguay, por la Ley N° 389, de fecha 13 de julio de 1973, y en Brasil por el Decreto Legislativo n° 23, del 22 de mayo de 1973 ("Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, p. 1659") y promulgado por el Decreto n° 72.707, del 28 de agosto de 1973 ("Diário Oficial de 30.08.73, p. 8642/6").

1.2.2 Característica de la Licitación

En el marco del Tratado celebrado entre el Paraguay y el Brasil el 26/4/73, la presente licitación será regida por la Norma General de Licitación (NGL) de la ITAIPU, aplicándose, en lo que fuere pertinente, la legislación paraguaya y/o brasileña, conforme al alcance del certamen.

1.2.3 Etapas de este Procedimiento

El presente procedimiento se realizará en las siguientes etapas: (i) juzgamiento de la habilitación y, juzgamiento y clasificación de las ofertas técnica y comercial.

1.3 EXONERACIÓN TRIBUTARIA

1.3.1 En Brasil la oferente deberá considerar en la formulación de su oferta, excepto si es optante por el "SIMPLES NACIONAL", la exoneración tributaria concedida por el artículo XII del Tratado de ITAIPU, que creó y rige esta entidad binacional, y, en materia tributaria, tiene los efectos previstos en el artículo 98 del Código Tributario Nacional, comprendiendo, en

do objeto em licitação, os seguintes tributos: (i) ISSQN; (ii) ICMS; (iii) IPI; (iv) Imposto de Importação; (v) COFINS; (vi) PIS-PASEP; e (vii) IOF.

1.3.1.1 Caso seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, a proponente deverá observar o regrado pela Lei Complementar nº 123/2006, não se aplicando a exoneração prevista no subitem 1.3.1.

1.3.1.2 Relativamente a serviços que se sujeitem à tributação no Município de Foz do Iguaçu, a proponente deverá observar o disposto na Lei Complementar municipal n. 288, de 23 de julho de 2018.

1.3.1.3 Os aspectos tributários específicos das propostas são de responsabilidade exclusiva da proponente, sendo recomendável assessoria especializada.

1.3.2 No Paraguai, a ITAIPU goza de isenção tributária em razão do disposto no:

a) Art. XII do Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, de 26/4/73, aprovado e ratificado no Paraguai pela Lei 389/73;

b) Art. 255 da Lei 125/91;

- anulação de dispensas gerais e particulares – ficam excluídas as que se referem a Lei 60/90 de 26 de março de 1991, com as referências expressamente estabelecidas, as de regime legal de hidrocarboneto, as previstas nas leis particulares de obras públicas, as contempladas em acordos, convênios e tratados internacionais, assim como as previstas na presente Lei;

c) Decreto 8.912/74, que autoriza a aplicação das franquias a favor da ITAIPU.

1.3.3 O contido em 1.3.1, 1.3.1.1 e 1.3.2 e em suas alíneas, tem caráter informativo geral. Os aspectos tributários específicos das propostas são de responsabilidade exclusiva das proponentes, sendo recomendável assessoria especializada.

1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO

1.4.1 Observado o Calendário de Eventos, Anexo I:

el caso del objeto en licitación, los siguientes tributos: (i) ISSQN; (ii) ICMS; (iii) IPI; (iv) Impuesto de Importación; (v) COFINS; (vi) PIS-PASEP; y (vii) IOF.

1.3.1.1 Caso se opte por el “SIMPLES NACIONAL”, el oferente deberá observar lo regido por la Ley Complementaria nº 123/2006, no aplicándose la exoneración prevista en el sub-ítem 1.3.1.

1.3.1.2 En relación con los servicios sujetos a tributación en el Municipio de Foz de Igazú, el solicitante debe observar las disposiciones de la Ley Complementaria Municipal nº288, del 23 de julio de 2018.

1.3.1.3 Los aspectos tributarios específicos de las propuestas son responsabilidad exclusiva del licitante y se recomienda asesoría especializada.

1.3.2 En el Paraguay, la ITAIPU goza de exoneración tributaria en razón de lo dispuesto en el:

a) Art. XII del Tratado celebrado entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil, el 26/4/73, aprobado y ratificado en el Paraguay por la Ley 389/73;

b) Art. 255 de la Ley 125/91;

- derogación de exoneraciones generales y particulares – quedan exceptuadas las que se mencionan en la Ley 60/90 del 26 de marzo de 1991, con las referencias expresamente establecidas, las del régimen legal de hidrocarburos, las previstas en las leyes particulares de obras públicas, las contempladas en acuerdos, convenios y tratados internacionales, así como las previstas en la presente Ley;

c) Decreto 8.912/74, que autoriza la aplicación de franquicias a favor de la ITAIPU.

1.3.3 El contenido en los sub ítems 1.3.1, 1.3.1.1 y 1.3.2 y en respectivas letras, tiene carácter informativo general. Los aspectos tributarios específicos de las ofertas, son de exclusiva responsabilidad de los oferentes, siendo recomendable asesoría especializada.

1.4 CONSULTA, RESPUESTA Y ADITIVO

1.4.1 Observado el Calendario de Eventos, Anexo I:

- a) a proponente poderá formular consulta sobre este Caderno de Bases e Condições (CBC);
- b) a ITAIPU encaminhará a consulta com a sua resposta, com a garantia do sigilo daquela que solicitou o esclarecimento, a todas as proponentes. A resposta constituirá aditamento a este CBC.

1.4.2 A ITAIPU poderá, por meio da Superintendência de Compras, aditar este CBC, até a data da sessão pública inaugural, mediante publicação na imprensa ou pelos meios indicados em 1.6 deste CBC.

1.4.3 O aditamento prevalece sempre em relação ao editado.

1.5 DILIGÊNCIA

1.5.1 Em qualquer etapa do processo licitatório, a ITAIPU, por intermédio da Superintendência de Compras, poderá promover diligências para esclarecer, sanear e/ou complementar a instrução do processo.

1.5.2 Admitir-se-á que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam a juntada posterior de documento cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação das propostas.

1.5.3 Poderão ser objeto de saneamento os erros formais como os materiais irrelevantes, tanto em relação às propostas como também aos documentos para a habilitação.

1.5.4 A ITAIPU dará conhecimento da diligência realizada, bem como de sua resposta, a todas as proponentes participantes do certame.

1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO

1.6.1 A comunicação entre a ITAIPU e a proponente será feita mediante ata, carta, e-mail ou *fac-símile*, com confirmação de recebimento e, também, pela Internet para os proponentes que utilizam esta forma de comunicação.

1.6.1.1 A ITAIPU colocará à disposição na Internet, no site www.itaipu.gov.br ou no www.itaipu.gov.py, as informações desta licitação até a formulação de aditamento, se houver, ficando sob responsabilidade da

- a) el oferente podrá formular consulta sobre este Pliego de Bases y Condiciones (PBC);
- b) la respuesta de la ITAIPU será publicada a todos los oferentes, sin indicación del autor de la consulta, y se constituirá en aditivo a este PBC.

1.4.2 La ITAIPU podrá, por medio de la Superintendencia de Compras, formular aditivos a este PBC, hasta la fecha de sesión pública inaugural, mediante publicación en la prensa o por los medios indicados en 1.6 de este PBC.

1.4.3 Todo aditivo prevalece siempre en relación a lo editado.

1.5 DILIGENCIA

1.5.1 En cualquier etapa de este proceso licitatorio, la ITAIPU, por medio de la Superintendencia de Compras, podrá promover diligencias para aclarar, sanear y/o complementar las instrucciones del proceso.

1.5.2 Se admitirá que los interesados, en respuesta a las diligencias promovidas, procedan posteriormente a adjuntar documentos cuyos contenidos reflejen la situación fática o jurídica ya existente en la fecha de la presentación de las ofertas.

1.5.3 Podrán ser objeto de saneamiento, los errores formales, como los materiales irrelevantes, tanto con relación a las ofertas como también a los documentos de habilitación.

1.5.4 La ITAIPU dará a conocer la diligencia realizada, así como la respuesta, a todos los oferentes participantes de la Licitación.

1.6 FORMA DE COMUNICACIÓN

1.6.1 La comunicación entre la ITAIPU y el oferente se hará mediante acta, carta, correo electrónico, con confirmación de recepción y también por Internet para los oferentes que utilizan esta forma de comunicación.

1.6.1.1 La ITAIPU colocará a disposición en la Internet, en el sitio www.itaipu.gov.py o en www.itaipu.gov.br, las informaciones de esta licitación hasta la formulación de aditivo, si hubiere, quedando bajo la responsabilidad del

proponente o acompanhamento do processo.

1.6.2 Os resultados dos julgamentos da habilitação e das propostas técnica e comercial serão comunicados, por meio da Superintendência de Compras, a todos os proponentes.

1.7 RESTRIÇÕES

1.7.1 Não poderão participar das licitações, nem contratar com a ITAIPU:

a) pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou de insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial;

b) pessoas físicas ou jurídicas impedidas perante a ITAIPU, a ANDE ou a ELETROBRAS, ou com restrições em outros órgãos ou entidades públicas do Brasil ou do Paraguai;

c) pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas;

- considera-se inidônea aquela pessoa física ou jurídica que tenham sofrido condenação definitiva por praticar fraude no recolhimento de tributos ou contribuições sociais, crime ambiental ou tenha praticado ato ilícito visando frustrar objetivos de licitação promovida pela ITAIPU.

d) pessoas jurídicas em que Conselheiros, Diretores, empregados da ITAIPU, assim como pessoal cedido ou requisitado, sejam proprietários, sócios ou que exerçam funções de direção, exceto Entidades sem fins lucrativos;

e) pessoas físicas ou jurídicas que tenham ou venham a obter informações privilegiadas ou vantagens capazes de prejudicar a lisura e a isonomia do processo de contratação, demonstrada a partir de motivo concreto aferido em processo interno próprio.

- reputam-se informações privilegiadas, entre outras, para fins da presente alínea, aquelas obtidas de qualquer instância institucional da ITAIPU e que digam respeito a aspectos estratégicos da contratação que, não divulgados aos demais interessados, criem benefícios competitivos aos que delas dispuserem;

f) pessoas jurídicas que se enquadrem em impedimentos e/ou incompatibilidades com

oferente el acompañamiento del proceso.

1.6.2 Los resultados de los juzgamientos de la habilitación y de las ofertas técnica y comercial serán comunicados, por medio de la Superintendencia de Compras, a todos los oferentes.

1.7 RESTRICCIONES

1.7.1 No podrán participar de Licitaciones, ni contratar con la ITAIPU:

a) personas físicas o jurídicas bajo régimen de quiebra o de convocatoria de acreedores.

b) personas físicas o jurídicas impedidas por la ITAIPU, la ANDE o la ELETROBRAS, o con restricciones en otros Órganos y entidades públicas del Paraguay o del Brasil;

c) personas físicas o jurídicas declaradas no idóneas;

- se considera no idónea a aquella persona física o jurídica que haya sufrido condena definitiva por practicar fraude en el pago de cualquier tributo o contribuciones sociales, crimen ambiental o haya practicado actos ilícitos con miras a frustrar los objetivos de la licitación promovida por la ITAIPU.

d) personas jurídicas en que Consejeros, Directores y empleados de la ITAIPU, así como personal cedido o contratado, sean propietarios, socios o que ejerzan funciones de dirección, excepto Entidades sin fines lucrativos;

e) personas físicas o jurídicas que tengan o puedan obtener informaciones privilegiadas o ventajas, capaces de afectar la formalidad y la igualdad en un proceso de contratación, demostrada mediante un hecho concreto, resultado de un proceso interno específico.

- se consideran informaciones privilegiadas, entre otras, a los efectos del presente parágrafo, aquellas obtenidas de cualquier área de la ITAIPU, relacionadas a aspectos estratégicos de la contratación y que no hayan sido reveladas a los demás interesados, otorgando ventajas competitivas sobre los demás.

f) personas jurídicas que se encuadren en impedimentos y/o incompatibilidades con la

a prestação dos serviços objetos desta licitação, em relação à ITAIPU, a FIBRA, CAJUBI, FPTI-BR, FSI, FPTI-PY e TESAI, conforme os artigos 22 a 24 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1.999;

- g) Pessoas jurídicas paraguaias que estão vinculadas entre si por um sócio comum ou associado.

1.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

A ITAIPU poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa, por meio de ato formal devidamente motivado, mediante prévio processo administrativo.

1.9 IMPUGNAÇÃO

1.9.1 Qualquer pessoa interessada é parte legítima para impugnar este CBC, observado, sob pena de preclusão, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos envelopes contendo a documentação para a habilitação e as propostas técnica e comercial.

1.9.2 A impugnação, que não terá efeito recursal, feita tempestivamente por proponente interessada, não a impedirá de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

1.9.3 O endereço para protocolar a impugnação consta do Calendário de Eventos, Anexo I deste CBC.

CAPÍTULO II DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

2.1 MODALIDADE, CLASSIFICAÇÃO, TIPO DE LICITAÇÃO, REGIME DE CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA

2.1.1 Modalidade: concorrência.

2.1.2 Classificação: binacional.

2.1.3 Tipo: técnica e preço.

2.1.4 Regime de contratação: preço global.

2.1.5 Vigência: 36 meses.

prestación de servicios objeto de esta licitación, en relación a la ITAIPU, la FIBRA, CAJUBI, FPTI-BR, FSI, FPTI-PY y TESAI, conforme los artículos 22 al 24 de la Instrucción CVM nº 308, del 14 de mayo de 1.999;

- g) personas jurídicas paraguayas que se encuentren vinculadas entre sí por algún socio o asociado común.

1.8 REVOCACIÓN Y NULIDAD

La ITAIPU podrá revocar o anular esta licitación, en cualquier etapa, mediante acto formal devidamente motivado por un procedimiento administrativo previo.

1.9 IMPUGNACIÓN

1.9.1 Cualquier persona u oferente tienen acción legítima para impugnar el presente Pliego de Bases y Condiciones, debiendo observar, bajo pena de preclusión, el plazo de hasta 3(tres) días hábiles antes de la fecha fijada para la Sesión Pública de entrega de los sobres que contienen la documentación para la habilitación y las ofertas técnica y comercial.

1.9.2 La impugnación hecha en tiempo por el oferente interesado, no tendrá efecto de recurso, y no impedirá su participación en la licitación, hasta el juzgamiento administrativo de la decisión a ella pertinente.

1.9.3 La dirección para protocolizar la impugnación consta en el Calendario de Eventos, Anexo I de este PBC.

CAPÍTULO II DE LAS INSTRUCCIONES ESPECÍFICAS

2.1 MODALIDAD, CLASIFICACIÓN, TIPO DE LICITACIÓN, RÉGIMEN DE CONTRATACIÓN Y VIGENCIA

2.1.1 Modalidad: licitación pública.

2.1.2 Clasificación: binacional.

2.1.3 Tipo: técnica y precio.

2.1.4 Régimen de contratación: precio global.

2.1.5 Vigencia: 36 meses.

2.2 FINALIDADE E OBJETO

Selecionar a proposta comercial mais vantajosa para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de auditoria externa independente, de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo III deste CBC.

2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.3.1 Poderão participar desta licitação exclusivamente empresas associadas na forma de consórcio binacional obrigatório, legalmente estabelecidas no Brasil e no Paraguai, cujo ramo de negócio, definido em seus atos constitutivos, for pertinente ao objeto desta licitação desde que atenda, integralmente, a todos os requisitos estabelecidos neste CBC e seus anexos.

2.3.1.1 Entende-se por consórcio binacional obrigatório aquele formado por empresa estabelecida no Brasil com empresa estabelecida no Paraguai, em regime de responsabilidade solidária, com o objetivo de participar e executar o objeto em licitação, não se configurando pessoa jurídica própria, uma vez que cada integrante mantém a sua própria personalidade.

2.3.1.2 A participação das empresas na constituição do consórcio binacional deverá observar a seguinte distribuição em termos econômicos:

- a) itens 1 a 3 da Planilha de Preços, Anexo VI: os valores, para fins de pagamento, corresponderão 50% (cinquenta por cento) para a empresa estabelecida no Brasil e 50% (cinquenta por cento) para a empresa estabelecida no Paraguai;
- b) itens 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Planilha de Preços, Anexo VI: os valores, para fins de pagamento, corresponderão 100% (cem por cento) para empresa estabelecida no Brasil;
- c) Itens 7, 8, 9, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 da Planilha de Preços, Anexo VI: os valores, para fins de pagamento, corresponderão 100% (cem por cento) para a empresa estabelecida no Paraguai.

2.3.1.3 A empresa líder do consórcio binacional será responsável pelo gerenciamento dos trabalhos, podendo ser a estabelecida no Brasil ou no Paraguai, e responderá

2.2 FINALIDAD Y OBJETO

Seleccionar la oferta comercial más ventajosa para la contratación de servicios técnicos profesionales especializados de auditoría externa independiente, de acuerdo a las Especificaciones Técnicas, Anexo III de este PBC.

2.3 CONDICIÓN DE PARTICIPACIÓN

2.3.1 Podrán participar de esta licitación, exclusivamente empresas asociadas en consorcio binacional obligatorio, legalmente establecidas en el Brasil y en el Paraguay, cuyo ramo de negocio, definido en sus actos constitutivos, fuere pertinente al objeto de esta licitación y siempre que atiendan íntegramente todos los requisitos establecidos en este PBC y sus anexos.

2.3.1.1 Entiéndase por consorcio binacional obligatorio aquel formado por empresa establecida en el Brasil con empresa establecida en el Paraguay, en régimen de responsabilidad solidaria, con el fin de participar y ejecutar el objeto de la licitación, no configurándose en persona jurídica única, ya que cada integrante mantiene su propia personería.

2.3.1.2 La participación de las empresas en la constitución del consorcio binacional deberá observar la siguiente distribución en términos económicos:

- a) los ítems 1 al 3 de la Planilla de Precios, Anexo VI: los valores, para los fines de pago, corresponderán 50% (cinquenta por ciento) para la empresa establecida en el Brasil y 50% (cinquenta por ciento) para empresa establecida en el Paraguay;
- b) los ítems 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 y 17 de la Planilla de Precios Anexo VI: los valores, para los fines del pago, corresponderán 100 % (cien por ciento) para la empresa establecida en el Brasil;
- c) Los ítems 7, 8, 9, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 de la Planilla de Precios, Anexo VI: los valores, para los fines del pago, corresponderán 100% (cien por ciento) para empresa establecida en el Paraguay.

2.3.1.3 La empresa líder del consorcio binacional, necesariamente será responsable por la gestión de los trabajos, pudiendo estar establecida en el Paraguay o en el Brasil y será

administrativa e judicialmente pelo consórcio.

2.3.1.4 O consórcio binacional que resulte vencedor deverá promover, antes da celebração do contrato, a constituição legal do consórcio, nos termos do compromisso oferecido na fase de habilitação.

2.3.2 É vedada nesta licitação a participação de:

- a) empresa que integre mais de um consórcio;
- b) empresa e/ou pessoa física e jurídica a ela ligada, que esteja prestando serviços de consultoria à ITAIPU, a FIBRA, CAJUBI, FPTI-BR, FSI, FPTI-PY e TESAI que possa caracterizar a perda da sua objetividade e independência. Para os fins desta licitação, são exemplos de serviços de consultoria enquadrados nesta restrição:
 - i. assessoria à reestruturação organizacional;
 - ii. avaliação de empresas;
 - iii. reavaliação de ativos;
 - iv. determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências;
 - v. planejamento tributário;
 - vi. remodelamento dos sistemas contábil, de informações e de controle interno, ou
 - vii. qualquer outro produto ou serviço que influencie ou que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada.

2.3.3 A participação da proponente neste certame implica manifestação tácita de que:

- a) respeita a legislação que lhe é aplicável quanto à contratação de menores;
- b) conhece e respeita, no que lhe é aplicável, as políticas e diretrizes quanto à equidade de gênero, vigentes na ITAIPU, e que estão disponíveis no endereço www.itaipu.gov.br;
- c) conhece e aceita o “Código de Conduta para Fornecedores da ITAIPU – Margem Esquerda”, disponível no endereço <https://compras.itaipu.gov.br>;
- d) conhece e respeita o “Código de Ética da ITAIPU”, aprovado pela RCA-009/13, de 26.04.2013, disponível no endereço

quien responderá administrativa y judicialmente por el consorcio.

2.3.1.4 El consorcio binacional que resulte vencedor deberá promover, antes de la celebración del contrato, la constitución legal del consorcio, en los términos del compromiso acordado en la fase de habilitación.

2.3.2 Queda prohibida en esta licitación la participación de:

- a) empresa que integre más de un consorcio;
- b) empresa y/o persona física y jurídica a ella vinculada que esté prestando servicios de consultoría a la ITAIPU, la FIBRA, CAJUBI, FPTI-BR, FSI, FPTI-PY y TESAI que pueda inducirla a la pérdida de su objetividad e independencia. Para los fines de esta licitación, son ejemplos de servicios de consultoría encuadrados en esta restricción:
 - i. asesoría y reestructuración organizacional;
 - ii. evaluación de la empresa;
 - iii. evaluación de activos;
 - iv. determinación de valores para efectuar constitución de provisiones y reservas técnicas y de provisiones para contingencias;
 - v. planificación tributaria;
 - vi. remodelación del sistema de contabilidad, de informaciones y de control interno, o
 - vii. cualquier otro producto o servicio que influencie o que pueda influenciar en las decisiones tomadas por la administración de la institución auditada.

2.3.3 La participación del oferente en este certamen implica manifestación tácita de que:

- a) respeta la legislación aplicable en cuanto a la contratación de menores;
- b) conoce y respeta, en lo que le es aplicable, las políticas y directrices en cuanto a la equidad de género, vigentes en la ITAIPU, y que están disponible en la dirección www.itaipu.gov.py;
- c) conoce y acepta el “Código de Conducta para Proveedores de la ITAIPU – Margen derecha”, disponible en la dirección <https://compras.itaipu.gov.py>;
- d) conoce y respeta el “Código de Ética de la ITAIPU”, aprobado por la RCA-009/13, del 26.03.2013, disponible en la dirección

<https://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais>;

- e) não lhe afeta nenhuma das condições impeditivas para a contratação com ITAIPU, conforme relacionadas em 1.7, bem como no item 2.3.2 deste CBC;
- f) concorda com a utilização por ITAIPU dos documentos apresentados na fase de habilitação, se for o caso, para assentamento no Cadastro de Fornecedores da ITAIPU.

2.4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.4.1 A proponente deverá apresentar a documentação para habilitação, conforme estabelecido no Anexo II deste CBC, apresentando-a concomitantemente com as propostas técnica e comercial, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, sendo uma constituída de originais ou de cópias autenticadas, com exceção do Certificado de Registro Cadastral (CRC) que, por ser documento emitido por ITAIPU, poderá ser apresentado somente em cópia simples;
- b) todas as folhas de cada uma das vias deverão ser numeradas sequencialmente e rubricadas;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

INVÓLUCRO "A"
DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA BINACIONAL
EF 1601-20

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

2.4.2 Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro A-1, A-2...

2.4.3 Em nenhuma hipótese serão autenticadas pela Comissão de Recepção da ITAIPU fotocópias ou quaisquer outras reproduções de documentos, ainda que exibidas pela proponente as respectivas vias originais.

<https://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais>;

- e) no le afecta ninguna de las condiciones impeditivas para la contratación con la ITAIPU, conforme se cita en el ítem 1.7, así como en el ítem 2.3.2 de este PBC;
- f) permite la utilización por parte de la ITAIPU de los documentos presentados en la fase de habilitación para registro en el Catastro de Proveedores de la ITAIPU, si fuere el caso.

2.4 ELABORACIÓN Y PRESENTACIÓN DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN

2.4.1 El oferente deberá presentar la documentación para habilitación, conforme a lo establecido en el Anexo II de este PBC, presentándola conjuntamente con las ofertas técnica y comercial, atendiendo los siguientes requisitos:

- a) en 2 (dos) ejemplares, siendo una constituida de originales o de copias autenticadas, con excepción del Certificado de Registro Catastral (CRC) que, por ser documento emitido por ITAIPU, podría ser presentado solamente en copia
- b) todas las hojas de cada uno de los ejemplares deberán ser numeradas y rubricadas;
- c) en sobre cerrado e inviolable, con la siguiente identificación en su parte externa:

SOBRE "A"
DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN

LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL
EF 1601-20

OFERENTE: _____

DIRECCIÓN: _____

2.4.2 Si hubiere necesidad de utilizar más de un sobre, deberá ser respetada la siguiente designación alfanumérica: Sobre A-1, A-2...

2.4.3 En ninguna hipótesis serán autenticadas por la Comisión de Recepción de la ITAIPU, fotocopias o cualesquiera otras reproducciones de documentos, por más que el oferente haya exhibido los respectivos originales.

2.4.4 A documentação proveniente de outros países que não o Brasil ou o Paraguai deverá ser apresentada, deverá ser apresentada atendendo, ainda, aos seguintes requisitos:

- a) autenticada pela representação diplomática brasileira ou paraguaia, no país onde esteja estabelecida a emitente do documento;
- b) acompanhada de tradução para o português, realizada por tradutor juramentado no Brasil, ou para o castelhano, realizada por tradutor juramentado no Paraguai, se não for originalmente redigida em português ou castelhano.

2.4.4.1 Facultativamente, a documentação referida em 2.4.4, na forma da alínea “b”, poderá ser apresentada em tradução livre. Porém, neste caso, na hipótese de resultar vencedora desta licitação, deverá a proponente reapresentá-la por tradutor juramentado no prazo fixado em 2.16.

2.4.5 As documentações requeridas no subitem 2.5.4 do CBC, poderão ser autenticadas via consular ou por Apostila.

2.5 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

2.5.1 A proposta técnica deverá conter os documentos comprobatórios da pontuação dos quesitos, conforme 2.11.3.

2.5.2 Redigida no idioma da empresa líder do Consórcio.

2.5.3 É inadmissível proposta técnica alternativa.

2.6 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

2.6.1 A proposta comercial deverá ser elaborada atendendo aos seguintes requisitos:

- a) expressa em planilha, de acordo com o modelo do Anexo VI, em valores básicos referentes ao mês da data estabelecida para a sua entrega;
- b) com a cotação de preços unitários e totais na moeda dólar dos Estados Unidos da América;
- c) redigida em português ou castelhano;

2.4.4 La documentación proveniente de otros países que no sean Paraguay o Brasil, deberá ser presentada atendiendo además, los siguientes requisitos:

- a) autenticada por la representación diplomática paraguaya o brasileña, en el país en donde esté establecido el remitente del documento;
- b) acompañada de traducción al castellano por traductor habilitado en el Paraguay o portugués realizada por traductor habilitado en el Brasil, si no fuera redactada originalmente en castellano o portugués

2.4.4.1 Opcionalmente, la documentación referida en 2.4.4, en forma de párrafo “b”, podrá presentarse en traducción libre. No obstante, en este caso, en caso de resultar ganador de esta licitación, el oferente deberá volver a presentarla por un traductor matriculado dentro del plazo establecido en 2.16.

2.4.5 La documentación requerida en el subítem 2.5.4 del CBC, puede ser autenticada vía consular o mediante Apostillado.

2.5 ELABORACIÓN DE LA OFERTA TÉCNICA

2.5.1 La oferta técnica deberá contener los documentos probatorios de puntuación de los tópicos, conforme al ítem 2.11.3

2.5.2 Deberá estar redactada en el idioma de la empresa líder del Consorcio.

2.5.3 Es inadmisile la presentación de oferta técnica alternativa.

2.6 ELABORACIÓN DE LA OFERTA COMERCIAL

2.6.1 La oferta comercial deberá ser elaborada atendiendo los siguientes requisitos:

- a) expresada en planilla, de acuerdo con el modelo del Anexo VI, en valores básicos referentes al mes de la fecha establecida para su entrega;
- b) la cotización de los precios unitarios y totales en moneda del dólar de los Estados Unidos de América;
- c) redactada en castellano o portugués;

d) não conter emenda, entrelinha, rasura, borrão, observação nem condicionante.

2.6.2 A proponente deverá considerar nos preços ofertados:

- a) o pleno atendimento aos requisitos constantes nas Especificações Técnicas, Anexo III deste CBC;
- b) as responsabilidades da contratada, a forma de pagamento, a forma de reajuste de preços, o prazo de execução, e demais obrigações estabelecidas na Minuta de Contrato, Anexo VII;
- c) as isenções tributárias referidas neste CBC;
- d) todos os custos, de qualquer natureza, incorríveis para a execução dos serviços objeto desta licitação;
- e) que, para a definição do valor do Contrato, os preços da Planilha de Preços ofertados em dólares dos Estados Unidos da América (US\$) serão convertidos para reais (R\$) e guaranis (G.), considerando-se o estabelecido no subitem 2.3.1.2 deste CBC.

Para a conversão utilizar-se-á a cotação do dólar vigente na ITAIPU, da seguinte forma:

- e.1) Real(R\$): pela cotação comercial de fechamento do dólar dos Estados Unidos da América, utilizada para venda, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil;
- e.2) Guarani(G.): pela cotação comercial de fechamento do dólar dos Estados Unidos da América, mercado livre flutuante, utilizada para venda, disponibilizada pelo Banco Central do Paraguai;
- e.3) A cotação do dólar vigente na ITAIPU é disponibilizada pelos Bancos Centrais do Brasil e do Paraguai, com um dia útil de anterioridade em relação à data estabelecida para a entrega da Proposta Comercial.

2.6.3 Não será aceita proposta comercial alternativa.

d) no contener enmienda, entrelínea, raspadura, borrón, observación ni condición alguna.

2.6.2 El oferente deberá considerar en los precios ofertados:

- a) todos los requisitos que constan en las Especificaciones Técnicas, Anexo III de este PBC;
- b) las responsabilidades del contratista, la forma de pago, la forma de reajuste de precios, el plazo de la ejecución, y demás obligaciones establecidas en la Minuta de Contrato, Anexo VII;
- c) las exoneraciones tributarias referidas en este PBC;
- d) todos los costos, de cualquier naturaleza, necesarios para la ejecución de los servicios objeto de esta licitación.
- e) para la definición del valor del Contrato, los precios de la Planilla de Precios ofertados en dólares de los Estados Unidos de América, serán convertidos en guaraníes y reales considerándose lo establecido en el subitem 2.3.1.2 de este PBC.

Para la conversión se utilizará la cotización del dólar vigente en la ITAIPU, de la siguiente manera:

- e.1) Real(R\$): por la cotización comercial al cierre del dólar de los Estados Unidos de América, utilizada para la venta, puesta a disposición por el Banco Central del Brasil;
- e.2) Guaraníes(G.): por la cotización comercial al cierre del dólar de los Estados Unidos de América, en el mercado libre fluctuante, utilizada para la venta, puesta a disposición por el Banco Central de Paraguay;
- e.3) la cotización del dólar vigente en la ITAIPU y puesta a disposición por los Bancos Centrales del Paraguay y del Brasil, con un día hábil de anterioridad en relación a la fecha establecida para la entrega de la Oferta Comercial.

2.6.3 No será aceptada oferta comercial alternativa.

2.6.4 A proposta será considerada válida, pelo prazo de 90 (noventa) dias da sua apresentação, e poderá ser revalidada, a pedido da ITAIPU, por mais 30 (trinta) dias.

2.6.5 A data-base contratual corresponderá à data estabelecida para a entrega da proposta comercial.

2.7 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.7.1 As propostas deverão ser apresentadas atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, uma original e a outra poderá ser cópia simples;
- b) com todas as folhas de cada uma das vias numeradas sequencialmente e rubricadas; a última deverá estar assinada;
- c) em (dois) invólucros fechados e indevassáveis, contendo nas suas partes externas as seguintes identificações:

INVÓLUCRO "B" PROPOSTA TÉCNICA

CONCORRÊNCIA BINACIONAL EF 1601-20

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

INVÓLUCRO "C" PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA BINACIONAL EF 1601-20

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

2.7.2 Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro para cada proposta, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro B-1, B-2 ou C-1, C-2...

2.6.4 La Oferta será considerada válida por el plazo de 90 (noventa) días corridos contados a partir de la fecha establecida para su entrega y podrá ser revalidada, a pedido de la ITAIPU, por otros 30 (treinta) días.

2.6.5 La fecha-base económica corresponderá a la fecha establecida para la entrega de la Oferta Comercial.

2.7 PRESENTACIÓN DE LAS OFERTAS TÉCNICAS Y COMERCIAL

2.7.1 Las ofertas deberán ser presentadas atendiendo los siguientes requisitos:

- a) en 2 (dos) ejemplares, uno original y el otro podrá ser copia simple;
- b) las hojas de cada ejemplar deberán estar foliadas, firmada la última y rubricadas las demás;
- c) en (dos) sobres cerrados e inviolables, con las siguientes identificaciones en sus partes externas:

SOBRE "B" OFERTA TÉCNICA

LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL EF 1601-20

OFERENTE: _____

DIRECCIÓN: _____

SOBRE "C" OFERTA COMERCIAL

LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL EF 1601-20

OFERENTE: _____

DIRECCIÓN: _____

2.7.2 Si hubiere necesidad de utilizar más de un sobre, deberá ser respetada la siguiente designación alfanumérica: Sobre B-1, B-2 o C-1, C-2...

2.8 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.8.1 Os invólucros "A", "B" e "C" somente serão recebidos pela Comissão de Recepção da ITAIPU na sessão pública a ser realizada para esse fim, na data, horário e local estabelecidos no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.8.1.1 Após o prazo fixado no Calendário de Eventos, não se aceitará a participação de retardatária, a não ser como ouvinte.

2.8.2 O representante da proponente deverá se apresentar na sessão pública com a seguinte documentação:

- a) cédula de identidade;
- b) no caso de representante de empresa líder do consórcio binacional estabelecida no Brasil, documentação para credenciamento e intervenção no certame, mediante instrumento público ou particular de procuração, com comprovação de competência de seu(s) signatário(s); no caso de representante da empresa líder estabelecida no Paraguai, documentação para credenciamento e intervenção no certame, mediante apresentação do instrumento público de procuração vigente.

2.8.2.2 A não apresentação do documento de credenciamento não implicará inabilitação da proponente, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela proponente.

2.8.3 A entrega dos invólucros implica aceitação integral, por parte da proponente, do estabelecido neste CBC, seus anexos e aditamento(s) se houver.

2.8.4 Uma vez entregue as propostas, a proponente somente poderá retirá-la mediante requerimento escrito dirigido à ITAIPU, antes da abertura dos invólucros contendo as propostas técnica e comercial, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela ITAIPU.

2.8.5 Na sessão a que se refere o item 2.8.1, serão abertos os invólucros "A". Uma das vias da documentação será rubricada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, guardada em envelope fechado e

2.8 RECEPCIÓN DE LA DOCUMENTACIÓN PARA LA HABILITACIÓN Y LAS OFERTAS TÉCNICA Y COMERCIAL

2.8.1 Los sobres "A", "B" y "C", serán recibidos solamente por la Comisión de Recepción de la ITAIPU en la sesión pública a realizarse para ese fin, en la fecha, horario y local establecidos en el Calendario de Eventos, Anexo I.

2.8.1.1 Vencido el plazo fijado en el Calendario de Eventos, se aceptará, sólo como oyente, la participación de algún oferente que llegue atrasado.

2.8.2 El representante del oferente deberá presentarse en la sesión pública con la siguiente documentación:

- a) documento de identidad;
- b) en el caso de representante de empresa líder del consorcio establecida en el Paraguay, documentación para la acreditación e intervención en la licitación, mediante instrumento público de poderes vigente; y en el caso de representante de la empresa líder establecida en el Brasil, mediante la presentación de documentación para acreditación e intervención en la licitación, mediante instrumento público o particular de poderes vigente, con la comprobación de competencia de su(s) signatario(s).

2.8.2.2 La falta de presentación del documento que lo acredite, no implicará la inhabilitación del oferente, pero sí impedirá al representante, manifestarse y responder por el oferente.

2.8.3 La entrega de los sobres, implica la aceptación integral por parte del oferente, de lo establecido en este PBC, sus anexos y aditivo(s), si los hubiere.

2.8.4 Una vez entregada la oferta comercial, el oferente sólo podrá retirarla mediante solicitud escrita dirigida a la ITAIPU, antes de la apertura del respectivo sobre, conteniendo las ofertas técnica y comercial, toda vez que el motivo aludido provenga de un hecho sobreviniente y aceptado por la ITAIPU.

2.8.5 En la sesión a que se refiere el ítem 2.8.1, serán abiertos los sobres "A". Uno de los ejemplares de la documentación será rubricado por los representantes de la ITAIPU y de los oferentes presentes, guardado en sobre cerrado

rubricado pelos representantes citados, ficando arquivada na Superintendência de Compras, consignando-se esta formalidade em ata.

2.8.6 A inobservância por parte da proponente do disposto no item 2.4.1, letra "b", no que concerne a rubricas e numeração sequencial, poderá ser suprida pela proponente nesta sessão, fazendo-se o registro da ocorrência na ata correspondente.

2.8.7 Os invólucros "B" e "C", serão rubricados pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, permanecendo fechados até a sessão pública a ser convocada para a sua abertura, conforme disposto em 2.9.4.

2.8.8 Ato seguido, a Comissão de Recepção da ITAIPU poderá:

- a) suspender momentaneamente a sessão pública e, neste caso, encaminhará a documentação para análise e julgamento nos termos do 2.9, que poderá ocorrer no mesmo recinto da sessão pública ou em outro separado; ou
- b) declarar encerrada a sessão pública de recebimento dos invólucros.

2.8.9 Em qualquer das hipóteses citadas em 2.8.8, a sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e dos proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

2.9 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

2.9.1 O julgamento da documentação para a habilitação das proponentes é de responsabilidade da Comissão de Licitação e Negociação Permanente.

2.9.2 A documentação para a habilitação deverá atender as exigências contidas neste CBC, sendo que a inobservância, salvo o item 2.4.1, alínea "b", implicará inabilitação da proponente.

2.9.2.1 A inabilitação de uma ou mais empresas integrantes de consórcio inabilitará o respectivo consórcio.

2.9.3 Para a habilitação econômico-financeira, além da verificação da conformidade da documentação apresentada conforme 2.4.1,

y rubricado por los representantes citados, quedando archivado en la Superintendencia de Compras, consignándose esta formalidad en acta.

2.8.6 La inobservancia por parte del oferente de lo dispuesto en el ítem 2.4.1, letra "b", en lo que concierne a rúbricas y foliaturas, podrá ser regularizada por el oferente en esta sesión, registrándose este hecho en el acta correspondiente.

2.8.7 Los sobres "B" y "C", serán rubricados por los representantes de la ITAIPU y de los oferentes presentes, permaneciendo cerrados hasta el acto público convocado para su apertura, conforme a lo dispuesto en el 2.9.4.

2.8.8 Acto seguido, la Comisión de Recepción de la ITAIPU podrá:

- a) suspender momentáneamente la sesión pública y en este caso, encaminará la documentación para análisis y juzgamiento en los términos del 2.9, que podrá ocurrir en el mismo lugar de la sesión pública o en otro separado; o
- b) declarar cerrada la sesión pública de recepción de los sobres.

2.8.9 En cualquiera de las hipótesis citadas en el 2.8.8, la sesión pública será documentada en acta circunstanciada, firmada por los representantes de la ITAIPU y de los oferentes presentes, en la cual se registrará todo lo ocurrido.

2.9 JUZGAMIENTO DE LA HABILITACIÓN DE LOS OFERENTES

2.9.1 El juzgamiento de la documentación para la habilitación de los oferentes, es de responsabilidad de la Comisión de Licitación y Negociación Permanente.

2.9.2 La documentación para la habilitación, deberá atender las exigencias contenidas en este PBC, cuya inobservancia, salvo del ítem 2.4.1, letra "b", implicará la inhabilitación del oferente.

2.9.2.1 La inhabilitación de una o más empresas integrantes de consorcio, inhabilitará al respectivo consorcio.

2.9.3 Para la habilitación económico-financiera, además de la verificación, de la conformidad de la documentación presentada,

proceder-se-á com a aferição dos seguintes indicadores contábeis, sendo que a pontuação mínima exigida para a habilitação é igual a 2 (dois) pontos, resultante do somatório de pontos da equação da alínea "a" dos incisos I, II, III e IV seguintes:

I - Liquidez Corrente obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC}{PC}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 3$$

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 3 (três);
- c) se "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

II - Liquidez Geral obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);
- c) se "Y" resultar negativo, a pontuação será igual a 0 (zero);
- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação será igual a 0 (zero).

III - Endividamento do Patrimônio Líquido obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{ET}{PL}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da

de acuerdo al 2.4.1, se procederá a la evaluación, conforme a los indicadores contables, siendo que la puntuación mínima exigida para la habilitación, es igual a 2 (dos) puntos, resultante de la sumatoria de puntos de la ecuación de la letra "a" de los incisos I, II, III y IV, siguientes:

I - Liquidez Corriente obtenida por medio de la siguiente fórmula:

$$X = \frac{AC}{PC}$$

a) para este indicador, la puntuación máxima atribuida es de 3 (tres), calculada por medio de la siguiente ecuación:

$$Y = 4X - 3$$

- b) si el denominador fuere igual a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 3 (tres);
- c) si "Y" resultare negativo, la puntuación atribuida será igual a 0 (cero);
- d) si el numerador y el denominador fueren iguales a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 0 (cero).

II - Liquidez General obtenida por medio de la siguiente fórmula:

$$X = \frac{AC + ANC - ACTF}{PC + PNC}$$

a) para este indicador, la puntuación máxima atribuida es de 2 (dos), calculada por medio de la siguiente ecuación:

$$Y = 4X - 2$$

- b) si el denominador fuere igual a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 2 (dos);
- c) si "Y" resultare negativo, la puntuación atribuida será igual a 0 (cero);
- d) si el numerador y el denominador fueren iguales a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 0 (cero).

III - Endeudamiento del Patrimonio Neto obtenido por medio de la siguiente fórmula:

$$X = \frac{PT}{PN}$$

a) para este indicador, la puntuación máxima atribuida es de 3 (tres), calculada por medio

seguinte equação:

$$Y = -4X + 7$$

- b) se o numerador for igual a 0 (zero) e o denominador for positivo, a pontuação atribuída será igual a 3 (três);
- c) se "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
- d) se "X" resultar negativo ou o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação a ser atribuída será igual a 0 (zero).

IV - Auto-Financiamento do Ativo Permanente obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{PL}{AP}$$

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

- b) se o numerador for positivo e o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);
- c) se "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

2.9.3.1 A nomenclatura das fórmulas e equações anteriormente citadas é a seguinte:

AC	=	Ativo Circulante
PC	=	Passivo Circulante
RLP	=	Realizável a Longo Prazo
ELP	=	Exigível a Longo Prazo
ET	=	Exigível Total
PL	=	Patrimônio Líquido
AP	=	Ativo Permanente
X	=	Indicador Encontrado
Y	=	Pontuação

2.9.3.2 Para a qualificação econômico-financeira do consórcio far-se-á a ponderação dos índices encontrados proporcionalmente à participação de cada empresa no consórcio, sendo posteriormente aplicadas as fórmulas previstas em 2.9.3 para obter a pontuação do

de la siguiente ecuación:

$$Y = -4X + 7$$

- b) si el numerador fuere igual a 0 (cero) y el denominador positivo, la puntuación atribuida será igual a 3 (tres);
- c) si "Y" resultare negativo, la puntuación atribuida será igual a 0 (cero);
- d) si "X" resultare negativo o el denominador fuera igual a 0 (cero), la puntuación a ser atribuida será igual a 0 (cero).

IV - Autofinanciamiento del Activo Fijo obtenido por medio de la siguiente fórmula:

$$X = \frac{PN}{ACTF}$$

- a) para este indicador, la puntuación máxima atribuida es de 2 (dos), calculada por medio de la siguiente ecuación:

$$Y = 4X - 2$$

- b) si el numerador fuere positivo y el denominador igual a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 2 (dos);
- c) si el indicador "Y" resultare negativo, la puntuación atribuida será igual a 0 (cero);
- d) si el numerador y el denominador fueren iguales a 0 (cero), la puntuación atribuida será igual a 0 (cero).

2.9.3.1 La nomenclatura de las fórmulas y ecuaciones anteriormente citadas, es la siguiente:

AC	=	Activo Corriente
PC	=	Pasivo Corriente
ANC	=	Activo no Corriente
PNC	=	Pasivo no Corriente
PT	=	Pasivo Total
PN	=	Patrimonio Neto
ACTF	=	Activo Fijo (Inversiones a Largo Plazo + Bienes de Uso [Neto] + Cargos Diferidos)
X	=	Indicador Encontrado
Y	=	Puntuación

2.9.3.2 Para la calificación económica-financiera del consorcio se hará la ponderación de los índices encontrados proporcionalmente a la participación de cada empresa en el consorcio, siendo posteriormente aplicadas las fórmulas previstas en 2.9.3 para obtener la

consórcio;

2.9.4 A Comissão de Licitação e Negociação Permanente, concluídos os trabalhos de verificação da conformidade da documentação para a habilitação, consignará em ata o resultado do julgamento e o encaminhará para divulgação na continuidade da sessão pública referida em 2.8.8, alínea “a” ou, conforme o caso, posteriormente, mediante comunicação nos termos do 1.6 deste CBC.

2.9.5 Ocorrendo a inabilitação de todas as proponentes, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de nova documentação, escoimadas as causas que implicaram na inabilitação. O prazo para a apresentação, atendidos os requisitos exigidos em 2.4.1, é de até 8 (oito) dias úteis contados desde a data da solicitação.

2.9.6 Na hipótese de divulgação do resultado na continuidade da sessão pública referida em 2.8.8, a Comissão de Recepção, após declarar reaberta a sessão, prosseguirá com a leitura do resultado do julgamento da fase de habilitação, propondo, em seguida, aos representantes das proponentes renunciarem ao prazo recursal.

2.9.6.1 Havendo a renúncia expressa à interposição de recurso administrativo por parte de todas as proponentes, a Comissão de Recepção formalizará o ocorrido em ata e:

- a) coletará a assinatura de todos os representantes;
- b) promoverá a devolução dos invólucros, ainda indevassados, contendo as respectivas propostas técnicas e comerciais às proponentes inabilitadas;
- c) abrirá, na mesma sessão pública, os invólucros contendo as propostas técnica e de preços das proponentes habilitadas, procedendo-se, a seguir, conforme disposto em 2.10.

2.9.6.2 Não havendo renúncia de qualquer das Proponentes, dar-se-á por encerrada a sessão pública, franqueando-se desde já vista do processo e abrindo-se, com isso, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso administrativo, conforme estabelecido em 2.10 deste CBC.

2.9.7 A inabilitação de proponente implica sua

puntuación del consorcio;

2.9.4 La Comisión de Licitación y Negociación Permanente, una vez concluido los trabajos de verificación de la conformidad de la documentación para la habilitación, consignará en acta el resultado del juzgamiento y lo remitirá para su divulgación en la continuidad de la sesión pública referida en el ítem 2.8.8, letra “a” o, conforme el caso, posteriormente, mediante comunicación en los términos del ítem 1.6 de este PBC

2.9.5 Ocurriendo la inhabilitación de todos los oferentes, la ITAIPU está facultada a solicitar la presentación de nuevas documentaciones, a fin de subsanar las causas que implican la inhabilitación. El plazo para la presentación, atendiendo los requisitos exigidos en el ítem 2.4.1, es de hasta 8 (ocho) días hábiles contados desde la fecha de la solicitud.

2.9.6 En la hipótesis de divulgación del resultado en la continuidad de la sesión pública, referida en el 2.8.8, la Comisión de Recepción, luego de declarar reabierta la sesión, se proseguirá con la lectura del resultado del juzgamiento de la fase de habilitación, proponiendo seguidamente a los oferentes, que renuncien a la interposición de recurso administrativo.

2.9.6.1 En caso de renuncia expresa a la interposición de recurso administrativo por parte de todos los oferentes, la Comisión de Recepción formalizará lo ocurrido en acta y:

- a) recolectará la firma de todos los representantes;
- b) promoverá la devolución de los sobres que todavía estén cerrados, conteniendo las respectivas ofertas técnicas y comerciales, a los oferentes inhabilitados;
- c) abrirá, en la misma sesión pública, los sobres conteniendo la oferta técnica y de precios de los oferentes habilitados, procediéndose seguidamente, conforme lo dispuesto en el 2.10.

2.9.6.2 No existiendo renuncia alguna de parte de cualquiera de los Oferentes, se dará por cerrada la sesión pública, liberándose desde ese momento, vista al proceso y habilitándose con eso, el plazo de 5 (cinco) días hábiles para la interposición de recurso administrativo, conforme a lo establecido en el 2.10 de este PBC.

2.9.7 La inhabilitación del oferente implica su

incapacidade de participar da fase subsequente de julgamento das propostas.

2.9.8 Com a divulgação do resultado da fase de habilitação e não havendo recursos, ou em havendo, após seu processamento conforme disposto em 2.13, encerra-se a fase de habilitação.

2.9.9 Havendo superveniência de fato impeditivo da habilitação, fica a proponente obrigada a declará-lo sob as penalidades legais cabíveis.

2.10 ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.10.1 Na sessão pública de abertura das propostas a Comissão de Recepção da ITAIPU abrirá os invólucros "B" e "C" das proponentes habilitadas, sendo uma das vias rubricadas por todos, consignando-se esta formalidade em ata.

2.10.2 A inobservância por parte da proponente do disposto em 2.7.1 alínea "b", no que concerne a rubricas e numeração sequencial, poderá ser suprida pela proponente nessa sessão, fazendo-se o registro da ocorrência na ata correspondente.

2.10.3 Uma das vias da documentação será a seguir guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados, ficando arquivada na Superintendência de Compras, consignando-se esta formalidade em ata.

2.10.4 A sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

2.11 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.11.1 O julgamento e a classificação das propostas são de responsabilidade da Comissão de Licitação e Negociação Permanente.

2.11.2 As propostas serão classificadas de acordo com a média ponderada obtida das valorações dos aspectos técnica (60/100) e preço (40/100).

2.11.3 Avaliação Técnica:

incapacidad de participar de la fase subsiguiente de juzgamiento en las ofertas.

2.9.8 Con la divulgación del resultado de la fase de habilitación y no existiendo recursos, o en el caso que exista, luego de su procesamiento conforme a lo dispuesto en el 2.13, se cerrará la fase de habilitación.

2.9.9 Habiendo hecho sobreviniente, impeditivo de habilitación del oferente, éste está obligado a declararlo bajo las penalidades legales pertinentes.

2.10 APERTURA DE LAS OFERTAS TÉCNICA Y COMERCIAL

2.10.1 En la sesión pública de apertura de las ofertas, la Comisión de Recepción de la ITAIPU abrirá los sobres "B" y "C" de los oferentes habilitados, siendo una de las vías rubricadas por todos, consignándose esta formalidad en acta.

2.10.2 La inobservancia por parte del oferente de lo dispuesto en 2.7.1 letra "b", en lo que concierne a rúbricas y numeración secuencial, podrá ser suplida por el oferente en esa sesión, registrando la ocurrencia en el acta correspondiente.

2.10.3 Una de las vías de la documentación será guardada seguidamente en sobre cerrado y rubricado por los representantes citados, quedando archivada en la Superintendencia de Compras, consignándose esta formalidad en acta.

2.10.4 La sesión pública será documentada en acta circunstanciada, firmada por los representantes de ITAIPU y de los oferentes presentes, en el cual será registrado todo lo ocurrido.

2.11 JUZGAMIENTO Y CLASIFICACIÓN DE LAS OFERTAS TÉCNICA Y COMERCIAL

2.11.1 El juzgamiento y la clasificación de las ofertas, son responsabilidad de la Comisión de Licitación y Negociación Permanente.

2.11.2 Las ofertas serán clasificadas de acuerdo a la media ponderada obtenida de las valoraciones de los aspectos de técnica (60/100) y precio (40/100).

2.11.3 Evaluación Técnica:

2.11.3.1 O cálculo da Nota Técnica (NT) será obtido nos quesitos da proposta técnica, com pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

2.11.3.2 A proponente poderá apresentar a quantidade máxima de 5 (cinco) atestados por quesito (QT1, QT2, QT3 e QT4).

2.11.3.3 Serão considerados como critérios de julgamento técnico, os seguintes quesitos:

(QT1) Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis:

Pontuação Máxima no Quesito: 15 (quinze) pontos.

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica, pertencente ao setor de geração e/ou transmissão de energia elétrica, estabelecida no Brasil ou no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis.

AValiação: 1 (um) ponto por atestado.

- b) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica, controladora de grupo de empresas, estabelecida no Brasil ou no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis consolidadas.

Por controladora de grupo de empresas, entende-se:

- **Controladora:** Entidade que **controla** uma ou mais entidades.
- **Controle de uma investida:** Um investidor controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

2.11.3.1 El cálculo de la Nota Técnica (NT) se obtendrá en los requisitos de la propuesta técnica, con una puntuación máxima de 100 (cien) puntos.

2.11.3.2 El oferente podrá presentar un número máximo de 5 (cinco) certificados por requisito (RT1, RT2, RT3 e RT4).

2.11.3.3 Se considerarán como criterios de juzgamiento técnico, los siguientes requisitos:

(RT1) Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables:

Puntuación Máxima del Requisito: 15 (quinze) puntos.

- a) Certificado(s) de capacidad técnica emitido(s) por persona jurídica, perteneciente al sector de generación y/o transmisión de energía eléctrica, establecida en Brasil o Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o prestó servicios de auditoría independiente de Estados Contables.

Evaluación: 1 (un) punto por certificado.

- b) Certificado(s) de capacidad técnica emitido(s) por persona jurídica, controladora de grupo de empresas, establecida en el Brasil o en Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o prestó servicios de auditoría independiente de los Estados Contables consolidados.

Controladora de grupo de empresas significa:

- **Controladora:** Una entidad que controla una o más entidades.
- **Control de una participada:** Un inversor controla una participada cuando está expuesto, o tiene derecho, a rendimientos variables procedentes de su implicación en la participada, y tiene la capacidad de influir en esos rendimientos a través de su poder sobre la participada.

- **Demonstrações Financeiras Consolidadas:** Demonstrações financeiras de um **grupo** nas quais os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da **controladora** e de suas **subsidiárias** são apresentados como os de uma única entidade econômica.

AValiação: 3 (três) pontos por atestado.

(QT2) Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou Comissão Nacional de Valores - CNV:

Pontuação Máxima no Quesito: 25 (vinte e cinco) pontos.

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por companhias abertas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para as estabelecidas no Brasil, ou na Comissão Nacional de Valores - CNV, para as estabelecidas no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis.

AValiação: 3 (três) pontos por atestado.

- b) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por companhias abertas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para as estabelecidas no Brasil, ou na Comissão Nacional de Valores - CNV, para as estabelecidas no Paraguai, pertencente ao setor de geração e/ou transmissão de energia elétrica, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis.

AValiação: 5 (cinco) pontos por atestado.

(QT3) Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na Securities and Exchange Commission - SEC US:

Pontuação Máxima no Quesito: 30 (trinta) pontos.

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por empresas listadas na *Securities and*

- **Estados Financieros Consolidados:** Los estados financieros de un grupo en el que los activos, pasivos, patrimonio, ingresos, gastos, y flujos de efectivo de la controladora y sus subsidiarias se presentan como si se tratase de una sola entidad económica.

EVALUACIÓN: 3 (tres) puntos por certificado.

(RT2) Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables de empresas que cotizan en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM o Comisión Nacional de Valores - CNV:

Puntuación Máxima del Requisito: 25 (veinte y cinco) puntos.

- a) Certificado(s) de capacidad técnica emitido(s) por compañías abiertas que cotizan en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM, para las establecidas en el Brasil o en la Comisión Nacional de Valores - CNV, para las establecidas en Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o prestó servicios de auditoría independiente de los Estados Contables.

EVALUACIÓN: 3 (tres) puntos por certificado.

- b) Certificado(s) de capacidad técnica emitido(s) por compañías abiertas que cotizan en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM, establecidas en el Brasil o Comisión Nacional de Valores - CNV, para las establecidas en Paraguay, perteneciente al sector de generación y/o transmisión de energía eléctrica, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o prestó servicios de auditoría independiente de los Estados Contables.

EVALUACIÓN: 5 (cinco) puntos por certificado.

(RT3) Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables de empresas que cotizan en la Securities and Exchange Commission - SEC US:

Puntuación Máxima del Requisito: 30 (treinta) puntos.

- a) Certificado(s) de capacidad técnica emitido(s) por empresas, que cotizan en la

Exchange Commision – SEC US, estabelecida no Brasil ou no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis.

Securities and Exchange Commision – SEC US, estabelecida en el Brasil o en Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o presto servicios de auditoría independiente de Estados Contables.

AValiação: 6 (seis) pontos por atestado.

EVALUACIÓN: 6 (seis) puntos por certificado.

(QT4) Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de controles internos segundo exigências estabelecidas pela Lei Norte Americana Sarbanes-Oxley (SOX):

(RT4) Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de controles internos según exigencias establecidas en la Ley de los Estados Unidos de América Sarbanes-Oxley (SOX):

Pontuação Máxima no Quesito: 30 (trinta) pontos.

Puntuación Máxima del Requisito: 30 (treinta) puntos.

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica, pertencente ao setor de geração e/ou transmissão de energia elétrica, estabelecida no Brasil ou no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de controles internos segundo às exigências estabelecidas pela Lei Norte Americana Sarbanes-Oxley (SOX).

- a) Certificado(s) de capacidad técnica emitido(s) por persona jurídica perteneciente al sector de generación y/o transmisión de energía eléctrica, establecida en el Brasil o en Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o prestó servicios de auditoría independiente de controles internos según las exigencias establecidas en la Ley de los Estados Unidos de América Sarbanes-Oxley (SOX).

AValiação: 2 (dois) pontos por atestado.

EVALUACIÓN: 2 (dos) puntos por certificado.

- b) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica, controladora de grupo de empresas, estabelecida no Brasil ou no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de controles internos segundo às exigências estabelecidas pela Lei Norte Americana Sarbanes-Oxley (SOX).

- b) Certificado(s) de capacidad técnica emitido(s) por persona jurídica, controladora de grupo de empresas, establecida en el Brasil o en Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o prestó servicios de auditoría independiente de controles internos según las exigencias establecidas por la Ley de Los Estados Unidos de América Sarbanes-Oxley (SOX).

Por controladora de grupo de empresas, entende-se:

Controladora de grupo de empresas significa:

- **Controladora:** Entidade que **controla** uma ou mais entidades.
- **Controle de uma investida:** Um investidor controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento coma investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a

- **Controladora:** Una entidad que controla una o más entidades.
- **Control de una participada:** Un inversor controla una participada cuando está expuesto, o tiene derecho, a rendimientos variables procedentes de su implicación en la participada, y tiene la capacidad de influir en esos rendimientos a través de su poder

investida.

- **Demonstrações Financeiras Consolidadas:** Demonstrações financeiras de um **grupo** nas quais os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da **controladora** e de suas **subsidiárias** são apresentados como os de uma única entidade econômica.

sobre la participada.

- **Estados Financieros Consolidados:** Los estados financieros de un grupo en el que los activos, pasivos, patrimonio, ingresos, gastos, y flujos de efectivo de la controladora y sus subsidiarias se presentan como si se tratase de una sola entidad económica.

AValiação: 4 (quatro) pontos por atestado.

- c) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por companhias abertas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para as estabelecidas no Brasil, ou na Comissão Nacional de Valores - CNV, para as estabelecidas no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de controles internos segundo às exigências estabelecidas pela Lei Norte Americana *Sarbanes-Oxley* (SOX).

EVALUACIÓN: 4 (cuatro) puntos por certificado.

- c) Certificado(s) de capacidad técnica, emitido(s) por compañías abiertas que cotizan en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM, para las establecidas en el Brasil o en la Comisión Nacional de Valores - CNV, para las establecidas en Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o prestó servicios de auditoría independiente de controles internos según las exigencias establecidas por la Ley de Los Estados Unidos de América *Sarbanes-Oxley* (SOX).

AValiação: 5 (cinco) pontos por atestado.

- d) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por companhias abertas listadas na *Securities and Exchange Commission* - SEC US, estabelecida no Brasil ou no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a licitante presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de controles internos segundo às exigências estabelecidas pela Lei Norte Americana *Sarbanes-Oxley* (SOX).

EVALUACIÓN: 5 (cinco) puntos por certificado.

- d) Certificado(s) de capacidad técnica, emitido(s) por compañías abiertas, que cotizan en la *Securities and Exchange Commission* - SEC US, establecida en el Brasil o en Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que compruebe que el oferente presta y/o prestó servicios de auditoría independiente de controles internos según las exigencias establecidas por la Ley de Los Estados Unidos de América *Sarbanes-Oxley* (SOX).

AValiação: 6 (cinco) pontos por atestado.

2.11.4 Para avaliação e pontuação dos atestados apresentados será observado o seguinte:

- a) cada atestado deverá conter a devida identificação da empresa que o emitiu e a descrição do serviço executado, que comprove o atendimento ao estabelecido no respectivo quesito da proposta técnica.

a.1) informar obrigatoriamente: ramo de atuação da empresa emissora do atestado, se sociedade de capital aberto ou fechado, emissora de ações em qual Bolsa de Valores, sua localização,

EVALUACION: 6 (seis) puntos por certificado.

2.11.4 Para la evaluación y puntuación de los certificados presentados será observado lo siguiente:

- a) cada certificado deberá contar con la debida identificación de la empresa que emitió y la descripción del servicio ejecutado, que compruebe el cumplimiento de lo establecido en el respectivo requisito de la propuesta técnica.

a.1) informar obligatoriamente: ramo de actuación de la empresa que expide el certificado, de sociedad de capital abierto o

contrato e período da prestação do serviço informado no atestado.

b) os dados dos atestados de capacidade técnica deverão ser válidos no período dos serviços executados, como também, na data da proposta comercial.

c) a data da prestação dos serviços constantes nos atestados deve estar compreendida entre os exercícios de 2016 a 2020. Atestados de prestação de serviços ocorridos em anos anteriores a 2016 não serão considerados válidos.

d) as informações constantes nos atestados apresentados poderão ser confirmadas mediante consulta às empresas que os emitiram, aos respectivos endereços na internet e/ou nos sites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Comissão Nacional de Valores - CNV, da *Securities and Exchange Commission* - SEC US e da *Public Company Accounting Oversight Board* - PCAOB.

e) cada atestado pontuará uma única vez, considerando a pontuação de maior peso entre os quesitos da proposta técnica, exceto:

e.1) no caso de um mesmo atestado comprovar a prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis e também de controles internos segundo a Lei Norte Americana *Sarbanes-Oxley* - SOX. Este poderá ser pontuado duas vezes, uma vez entre os quesitos QT1 a QT3 e uma vez no quesito QT4.

f) os atestados emitidos por uma mesma empresa só serão pontuados mais de uma vez se referentes a contratos distintos.

2.11.5 Cálculo da Nota Técnica (NT)

a) o valor da Nota Técnica (NT) será obtido pela soma da nota final dos quesitos, utilizando-se a fórmula a seguir:

$$NT = QT1 + QT2 + QT3 + QT4$$

Onde:

NT = Nota Técnica

QT1 = Quesito 1: Experiência em prestação

cerrado, emisora de acciones en cual Bolsa de Valores, su ubicación, contrato y la duración de la prestación del servicio reportado en el certificado.

b) los datos de los certificados de capacidad técnica deberán ser válidos para el período de los servicios ejecutados, como también, en la fecha de la propuesta comercial.

c) la fecha de la prestación de los servicios contenidos en los certificados deben estar comprendidas entre los ejercicios de 2016 a 2020. Los certificados de servicios ocurridos en años anteriores a 2016 no serán considerados válidos.

d) las informaciones contenidas en los certificados presentados podrán ser confirmadas mediante consulta a las empresas que los emitiran, las respectivas direcciones de internet y/o en los sitios web de la *Comisión de Valores Mobiliarios* - CVM, *Comisión Nacional de Valores* - CNV, de la *Securities and Exchange Commission* - SEC US e de la *Public Company Accounting Oversight Board* - PCAOB.

e) cada certificado se puntualizará una sola vez, considerando la puntuación de mayor peso entre los requisitos de la propuesta técnica, excepto:

e.1) en el caso de un mismo certificado comprobar la prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables y también de los controles internos según la Ley de los Estados Unidos de América *Sarbanes-Oxley* (SOX). Este podrá ser puntuado dos veces, una vez entre los requisitos RT1 a RT3 y una vez en el requisito RT4.

f) los certificados emitidos por la misma empresa solamente serán puntuados más de una vez si se refiere a contratos distintos.

2.11.5 Cálculo de la Nota Técnica (NT)

a) el valor de la Nota Técnica (NT) será obtenido por la suma de la nota final de los requisitos, utilizándose la siguiente fórmula:

$$NT = RT1 + RT2 + RT3 + RT4$$

Donde:

NT = Nota Técnica

RT1 = Requisito1: Experiencia en prestación

de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis.

QT2 = Quesito 2: Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou Comissão Nacional de Valores - CNV.

QT3 = Quesito 3: Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na *Securities and Exchange Commision* - SEC US.

QT4 = Quesito 4: Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de controles internos segundo exigências estabelecidas pela Lei Norte Americana *Sarbanes-Oxley* (SOX).

b) a maior pontuação entre as propostas classificadas (maior NT), receberá "IT" = 100 (cem) e os demais índices serão diretamente proporcionais às pontuações obtidas, calculadas pela seguinte fórmula:

$$IT = \frac{NT \times 100}{MNT}$$

Onde:

IT = Índice Técnico

NT = Nota Técnica da proposta em exame

MNT = Maior Nota Técnica obtida entre as propostas aceitas.

c) Calculado o "IT" de cada proponente, estabelecer-se-á o quadro classificatório das propostas técnicas, por ordem decrescente de pontuação.

2.11.5.1 Os cálculos serão feitos com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

2.11.5.2 Será desclassificada a proposta técnica que:

- a) não atenda às exigências deste CBC e seus anexos;
- b) obtiver nota zero em qualquer dos quesitos.

2.11.5.3 Se todas as propostas técnicas forem

de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables.

RT2 = Requisito 2: Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables de empresas que cotizan en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM o Comisión Nacional de Valores - CNV.

RT3 = Requisito 3: Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables de empresas que cotizan en la *Securities and Exchange Commision* - SEC US.

RT4 = Requisito 4: Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de los controles internos según las exigencias establecidas por la Ley de los Estados Unidos de América *Sarbanes-Oxley* (SOX).

b) la mayor puntuación entre las propuestas clasificadas (mayor NT), recibirá "IT" = 100 (cien) y los demás índices serán directamente proporcionales a las puntuaciones obtenidas, calculadas por la siguiente fórmula:

$$IT = \frac{NT \times 100}{MNT}$$

Donde:

IT = Índice Técnico

NT = Nota Técnica de la propuesta en examen

MNT = Mayor Nota Técnica obtenida entre las propuestas aceptadas.

c) Calculado el "IT" de cada oferente, se debe establecer el cuadro clasificatorio de las propuestas técnicas, por orden decreciente de puntuación.

2.11.5.1 Los cálculos serán hechos con 2 (dos) decimales, despreciándose la fracción remanente.

2.11.5.2 Será desclasificada la propuesta técnica que:

- a) no atienda las exigencias de este PBC y sus anexos;
- b) obtenga nota cero en cualquiera de los requisitos.

2.11.5.3 Si todas las propuestas técnicas fueren desclasificadas, la ITAIPU está facultada a

desclassificadas, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram a desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas, atendidos os requisitos exigidos em 2.5.1, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.11.6 Avaliação do Preço:

2.11.6.1 Será considerada, no julgamento das propostas comerciais, a seguinte equação para definição do Índice de Preço (IP) de cada proponente:

$$IP = \frac{MP \times 100}{PP}$$

Onde:

IP = Índice de Preço.
MP = Menor Preço Proposto.
PP = Preço da Proposta em Exame.

Nota: os cálculos serão feitos com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

2.12 CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.12.1 Após a valorização das propostas para cada um dos fatores, técnica e preço, os pontos obtidos serão utilizados no cálculo do Índice Geral (IG), conforme segue:

$$IG = (0,60 \times IT) + (0,40 \times IP)$$

Onde:

IG = Índice Geral atribuído à proposta.
IT = Índice atribuído à avaliação técnica.
IP = Índice atribuído ao preço.

2.12.1.1 Os cálculos serão feitos com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

2.12.2 Para o efeito de adjudicação será considerada vencedora a proposta que obtiver o maior Índice Geral (IG).

2.12.3 Não se considerará nenhuma oferta de vantagem não prevista neste CBC nem preço ou vantagem baseada nas propostas comerciais das demais proponentes.

2.12.4 Em caso de constatar-se erro de cálculo entre os preços unitário e total da Proposta

solicitar la presentación de nuevas propuestas, desobligada de las causas que implicaron la desclasificación. El plazo para la presentación de las nuevas propuestas, atendidos los requisitos exigidos en 2.5.1, es de 8 (ocho) días útiles contados de la fecha de la solicitud.

2.11.6 Evaluación del Precio:

2.11.6.1 Será considerada, en el juzgamiento de las propuestas comerciales, la siguiente ecuación para definición del Índice de Precios (IP) de cada oferente:

$$IP = \frac{MP \times 100}{PP}$$

Dónde:

IP = Índice de Precio.
MP = Menor Precio Ofertado.
PP = Precio Total Ofertado.

Nota: los cálculos serán hechos con 2 (dos) decimales, sin tener en cuenta la fracción remanente.

2.12 CLASIFICACIÓN FINAL DE LAS PROPUESTAS TÉCNICA Y COMERCIAL

2.12.1 Después de la valorización de las propuestas para cada uno de los factores, técnica y precio, los puntos obtenidos serán utilizados en el cálculo del Índice General (IG), conforme sigue:

$$IG = (0,60 \times IT) + (0,40 \times IP)$$

Donde:

IG = Índice General atribuido a la oferta.
IT = Índice atribuido a la evaluación técnica
IP = Índice atribuido al precio

2.12.1.1 Los cálculos serán hechos con 2 (dos) decimales, sin tener en cuenta la fracción remanente.

2.12.2 Para el efecto de adjudicación será considerada vencedora la propuesta que obtenga el mayor Índice General (IG).

2.12.3 No se considerará ninguna oferta de ventaja no prevista en este PBC ni precio o ventaja basados en las ofertas comerciales de los demás oferentes.

2.12.4 En caso de constatare error de cálculo entre los precios unitario y total de la Oferta

Comercial, prevalecerá, para todos os efeitos, o preço unitário, podendo a ITAIPU proceder às correções necessárias.

2.12.5 Para o desempate de propostas com Índice Geral (IG) iguais realizar-se-á sorteio público, sendo que a modalidade será definida pela Comissão de Licitações e Negociação Permanente.

2.12.6 A ITAIPU desclassificará a proposta que:

- a) não atenda as exigências deste CBC;
- b) com preço excessivo ou manifestamente inexequível.

2.12.6.1 A ITAIPU, antes de desclassificar a proposta por preço inexequível, notificará à proponente para que apresente, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação, a composição de custos para verificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado.

2.12.7 Se todas as propostas forem desclassificadas, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram a desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas, atendidos os requisitos exigidos em 2.5 e 2.6 é de até 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

2.12.8 Na hipótese de divulgação do resultado na continuidade da sessão pública, a Comissão de Recepção, após declarar reaberta a sessão, prosseguirá com a leitura do resultado do julgamento da habilitação, classificação final e declaração do vencedor, propondo em seguida aos representantes das proponentes renunciarem ao prazo recursal.

2.13 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

2.13.1 Após a deliberação pela Comissão de Licitação e Negociação Permanente, a Superintendência de Compras comunicará o resultado da fase de julgamento e classificação das propostas a todos os proponentes, na forma estabelecida em 1.6.

2.13.2 Com a divulgação do resultado final da licitação e não havendo recursos, ou em havendo, após seu processamento conforme disposto em 2.14, o processo seguirá para

Comercial, prevalecerá, para todos los efectos, el precio unitario, pudiendo la ITAIPU efectuar las correcciones necesarias.

2.12.5 Para el desempate de ofertas con Índice General (IG) iguales, se realizará sorteo público, cuya modalidad será definida por la Comisión de Licitación y Negociación Permanente.

2.12.6 La ITAIPU desclasificará la oferta:

- a) que no atienda las exigencias de este PBC;
- b) con precio excesivo o comprobadamente impracticable.

2.12.6.1 La ITAIPU, antes de desclasificar la oferta por precio impracticable, notificará al oferente para que presente, en el plazo de hasta 3 (tres) días hábiles, contados a partir de la fecha de recepción de la comunicación, la composición de costos para verificación de la compatibilidad del precio ofertado, con los del mercado.

2.12.7 Si todas las ofertas comerciales fueren desclasificadas, la ITAIPU está facultada a solicitar la presentación de nuevas ofertas, subsanadas las causas que ocasionaron la desclasificación. El plazo para la presentación de las nuevas ofertas, cumplidos los requisitos exigidos en el 2.5 y 2.6, es de hasta 8 (ocho) días hábiles, contados a partir de la fecha de la solicitud.

2.12.8 En la hipótesis de divulgación del resultado en la continuidad de la sesión pública, la Comisión de recepción, luego de declarar reabierta la sesión, proseguirá con la lectura del resultado del juzgamiento de habilitación, clasificación final y declaración del vencedor, proponiendo seguidamente a los representantes de los Oferentes que renuncien a interponer recurso.

2.13 DIVULGACIÓN DEL RESULTADO DE LA FASE DE JUZGAMIENTO DE LAS OFERTAS

2.13.1 Después de la deliberación por parte de la Comisión de Negociación Permanente, la Superintendencia de Compras comunicará el resultado de la fase de juzgamiento y clasificación de las propuestas a todos los oferentes, en la forma establecida en el 1.6

2.13.2 Con la divulgación del resultado final de la licitación y no existiendo recursos o existiendo, después de su procesamiento conforme a lo dispuesto en el 2.14 el proceso

homologação da autoridade competente de ITAIPU.

seguirá para la homologación de la autoridad competente de la ITAIPU.

2.14 RECURSO ADMINISTRATIVO

2.14 RECURSO ADMINISTRATIVO

2.14.1 Das decisões proferidas nesta licitação poderá ser interposto recurso contra:

2.14.1 Podrá interponerse recurso contra las siguientes decisiones dictadas en esta licitación:

- a) a habilitação ou inhabilitação;
- b) a classificação ou desclassificação de propostas, e a declaração do vencedor da licitação;
- c) a revogação ou anulação da licitação.

- a) La habilitación o inhabilitación;
- b) la clasificación o desclasificación de las ofertas y declaración del ganador de la licitación; y,
- c) la revocación o anulación de la licitación

2.14.1.1 O recurso administrativo interposto conforme alínea “a” e “b” do 2.14.1 terá efeito suspensivo.

2.14.1.1 El recurso administrativo interpuesto conforme a la letra “a” y “b” del 2.14.1 tendrá efecto suspensivo.

2.14.1.2 Os interessados terão direito de vista ao processo licitatório, bastando para tanto solicitar por escrito no endereço indicado no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.14.1.2 Los interesados tendrán derecho de vista al proceso licitatorio, bastando para el mismo, solicitarlo por escrito en la dirección indicada en el Calendario de Eventos, Anexo I.

2.14.1.3 Nenhum prazo correrá sem que o processo esteja com vista franqueada.

2.14.1.3 Ningún plazo correrá sin que el proceso esté con vista liberada.

2.14.2 O recurso deverá ser protocolado na Superintendência de Compras, no endereço estabelecido o Calendário de Eventos, Anexo I.

2.14.2 El recurso deberá ser protocolizado en la Superintendencia de Compras, en la dirección establecida conforme el Calendario de Eventos, Anexo I.

2.14.3 Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos as demais proponentes, que poderão oferecer contrarrazões no prazo e horário previstos no Calendário de Eventos, Anexo I.

2.14.3 Interpuesto el recurso, se dará conocimiento de sus términos a los demás oferentes, que podrán ofrecer argumentos en contrario en el plazo y horario previstos en el Calendario de Eventos, Anexo I.

2.14.4 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

2.14.4 En el conteo de los plazos, se excluye el día de inicio y se incluye el día del vencimiento.

2.14.4.1 Os prazos aqui referidos só iniciam e vencem nos dias úteis para ITAIPU, no lugar de entrega das propostas.

2.14.4.1 Los plazos aquí mencionados solo se inician y vencen en los días hábiles para ITAIPU, en el lugar de entrega de las ofertas.

2.14.5 A ITAIPU comunicará a todas as proponentes o resultado do julgamento do recurso administrativo interposto.

2.14.5 La ITAIPU comunicará a todos los oferentes el resultado del juzgamiento del recurso administrativo interpuesto.

2.15 HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

2.15 HOMOLOGACIÓN Y ADJUDICACIÓN

2.15.1 Caberá à autoridade competente da ITAIPU homologar o resultado desta licitação autorizando com isso a convocação da proponente adjudicatária para assinatura do contrato.

2.15.1 Corresponderá a la autoridad competente de la ITAIPU homologar el resultado de esta licitación autorizando con ello la convocatoria del oferente adjudicatario para la firma del contrato.

2.15.2 A proponente adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação da homologação, para apresentar a proposta comercial readequada.

2.15.2 El oferente adjudicatario tendrá un plazo de 10 (diez) días, contados a partir de la comunicación de la homologación, para presentar la propuesta comercial readequada.

2.16 ASSINATURA DO CONTRATO

2.16 FIRMA DEL CONTRATO

2.16.1 A ITAIPU poderá convocar a proponente vencedora desta licitação para assinar o respectivo contrato no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da respectiva comunicação.

2.16.1 La ITAIPU podrá convocar al oferente ganador de esta licitación para firmar el respectivo contrato, dándole un plazo de hasta 10 (diez) días corridos contados a partir de la recepción de la respectiva comunicación.

2.16.1.1 Este prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que a vencedora tenha seu pedido de prorrogação aceito pela ITAIPU.

2.16.1.1 Este plazo podrá ser prorrogado por igual período siempre que el ganador tenga su pedido de prórroga justificado y aceptado por la ITAIPU.

2.16.2 O instrumento contratual derivado desta licitação poderá ser assinado em forma física ou eletrônica, a critério da ITAIPU.

2.16.2 El instrumento contractual derivado de esta licitación podrá ser firmado en forma física o electrónica, a criterio de la ITAIPU.

2.16.2.1 Para a assinatura de documentos em forma eletrônica com foro no Brasil, a proponente vencedora deverá:

2.16.2.1. Para la firma de documentos en forma electrónica con jurisdicción en el Paraguay, el oferente vencedor deberá:

a) Se tiver sede no Brasil, usar certificado digital, e-CPF ou e-CNPJ, emitido em conformidade com a Medida Provisória 2.200/2001, sendo obrigatório ao titular do certificado digital fazer prova de que é representante legal da proponente e que possui poderes bastantes para a formalização do instrumento;

a) Si tuviere sede en el Paraguay, usar certificado digital emitido por una entidad legalmente habilitada para el efecto, de conformidad a lo dispuesto en las Leyes N° 4017, 4610 y demás normas paraguayas concordantes. Es obligatorio para el titular del certificado digital demostrar que es el representante legal del oferente, y que posee poderes suficientes para la formalización del instrumento;

b) Se tiver sede fora do Brasil, usar certificado digital compatível com o padrão instituído pela ICP-Brasil, sendo obrigatório ao titular do certificado digital fazer prova de que é representante legal da proponente e que possui poderes bastantes para a formalização do instrumento.

b) Si tuviere sede fuera del Paraguay, usar certificado digital compatible con los estándares definidos en el contexto de la PKI-Paraguay y/o la ICP-Brasil, y en el marco de la Ley 4017, y demás normas reglamentarias. Es obligatorio para el titular del certificado digital demostrar que es representante legal del oferente, y que posee suficientes poderes para la formalización del instrumento.

2.16.2.2 A proponente, desde já, concorda com e reputa válida a utilização, pela ITAIPU, de certificado digital não emitido pela ICP-Brasil, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória 2.200-2/2001.

2.16.2.2 El oferente desde ya, concuerda y reputa válida la utilización, por la ITAIPU, del certificado digital emitido en el marco de la PKI-Paraguay, y/o la ICP-Brasil, y en el contexto de la Ley 4017, y demás normas reglamentarias.

2.16.3 Na hipótese da vencedora desta licitação não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas neste CBC, a ITAIPU suspenderá a proponente de participar de licitações e contratar com a ITAIPU pelo prazo de

2.16.3 En la hipótesis de que el ganador de esta licitación no firme el contrato, en el plazo y en las condiciones establecidas en este PBC, la ITAIPU suspenderá al oferente de participar de licitaciones y contratar con la ITAIPU por el plazo

6 (seis) meses.

2.16.3.1 Ocorrendo a hipótese prevista em 2.16.3, a ITAIPU, a seu exclusivo critério, poderá:

- a) convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato nas mesmas condições e preços da primeira classificada; ou
- b) declarar fracassada a licitação.

2.16.3.2 A sanção prevista em 2.16.3 não se aplica às proponentes convocadas na forma do 2.16.3.1.

2.17 DEVOLUÇÃO DAS PROPOSTAS

A documentação para a habilitação e/ou as proposta técnica e comercial da proponente desclassificada e/ou inabilitada serão devolvidas após a assinatura do contrato, caso solicitadas pelo interessado.

CAPÍTULO III DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram este Caderno de Bases e Condições:

ANEXO I	Calendário de Eventos
ANEXO II	Documentação para a Habilitação
ANEXO III	Especificações Técnicas e Anexo A
ANEXO IV	Prazos Contratuais e Eventos de Pagamento
ANEXO V	Orçamento Estimado
ANEXO VI	Planilha de Preços
ANEXO VII	Minuta de Contrato
ANEXO VIII	Diretrizes para a Segurança e Saúde no Trabalho
ANEXO IX	Calendário de Feriados
ANEXO X	Quadro Auxiliar Contábil (para empresa estabelecida no Paraguai)

OBSERVAÇÃO: Os Anexos VIII e IX estão disponíveis apenas no site <https://compras.itaipu.gov.br>, opção “Normas e instruções”.

de hasta 6 (seis) meses.

2.16.3.1 En la hipótesis de que ocurra lo previsto en el 2.16.3, la ITAIPU, a su exclusivo criterio, podrá:

- a) convocar a los oferentes restantes, en el orden de clasificación para firmar el contrato, en las mismas condiciones y precios que el primer clasificado, o
- b) declarar fracasada la licitación.

2.16.3.2 La sanción prevista en el 2.16.3 no se aplica a los oferentes convocados en la forma del 2.16.2.1

2.17 DEVOLUCIÓN DE LAS OFERTAS

La documentación para la habilitación y/o la oferta técnica o comercial del oferente descalificado y/o inhabilitado serán devueltas, luego de la firma del contrato y cuando sean solicitadas por el interesado.

CAPÍTULO III DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integran este Pliego de Bases y Condiciones:

ANEXO I	Calendario de Eventos
ANEXO II	Documentación para la Habilitación
ANEXO III	Especificaciones Técnicas y Anexo A
ANEXO IV	Plazos Contractuales y Eventos de Pago
ANEXO V	Presupuesto Estimado
ANEXO VI	Planilla de Precios
ANEXO VII	Minuta de Contrato
ANEXO VIII	Directrices de Seguridad y Salud en el Trabajo
ANEXO IX	Calendario de Feriados
ANEXO X	Cuadro Auxiliar Contable (para empresa establecida en el Paraguai)

OBSERVACIÓN: Los Anexos VIII y IX están disponibles solo en el sitio <https://compras.itaipu.gov.py>, opción “Normas

e Instrucciones”.

APROVAÇÃO:

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

APROBACIÓN:

Samuel Valiente Cleverol
Superintendente Adjunto de Compras